



PORTARIA N.º 016/2022

A Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas-ADS, no exercício das atribuições que lhe conferem o Decreto nº. 26.747, de 03 de julho de 2007;

CONSIDERANDO a competência legal atribuída pelo Art. 40, VII, da Lei 13.303/2016 à esta empresa pública para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados.

RESOLVE:

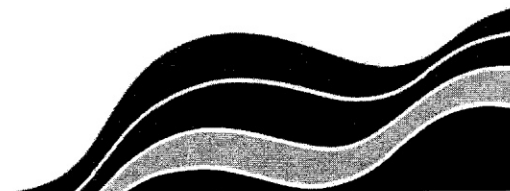
Art. 1º - DESIGNAR os servidores listados abaixo, a partir desta data e durante toda a vigência do ajuste, ou até que seja determinada sua substituição por outro servidor, para proceder à **FISCALIZAÇÃO** do Termo de Contrato nº 259/2017, firmado entre o ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio desta Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS, e a empresa Claro S/A;

| SERVIDOR | CARGO | MATRÍCULA | FUNÇÃO |
|-----------------------------|----------------|------------|----------|
| DIEGO AUGUSTO SIMÕES RAMOS | ASSESSOR I | 000.105-8D | FISCAL |
| ALEXANDRE SILVA GOMES | ASSISTENTE ADM | 000.133-3C | FISCAL |
| HUGO MARTINS FERNANDES LIMA | ASSESSOR ADM | 000.352-2A | SUPLENTE |

Art. 2º - DENTRE AS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DO FISCAL DE CONTRATO, ESTÃO:

I. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob a sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;

II. Verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços está sendo cumprida conforme o que determina o Termo de Referência e Termo de Contrato;





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

III. Anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IV. Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para o pagamento (carimbo do fiscal);

V. Indicar eventuais glosas das faturas.

Art. 3º - O servidor designado Fiscal de Contrato deverá manter cópia dos seguintes documentos, para que possa dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada:

1. Contrato;
2. Todos os aditivos (caso exista);
3. Edital de licitação;
4. Projeto básico ou termo de referência;
5. Proposta da contratada;
6. Relação das faturas recebidas e das pagas;
7. Correspondência entre Fiscal e Contratada.

Art. 4º - **ESTA** Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 11/01/2022.

Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. GABINETE DA PRESIDÊNCIA, DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de fevereiro de 2022.

Michelle Macado Bessa
Presidente ADS
Decreto. 18/03/2021
D.O.E. 34/21

MICHELLE MACEDO BESSA
Presidente

